continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma da Santo Antônio Energia S.A.

da Subestação Coletora de Porto Velho ("SE Coletora"), de forma a atender à solicitação da Porto Velho Transmissora de Energia S.A.. Essa alteração gerou uma redução dos custos da ESBR em função da diminuição, em relação ao previsto no Edital do leilão 006/08-ANEEL, na extensão da linha de transmissão que estabelece a conexão da UHE Jirau à SE Coletora e uma elevação de custos apurado pela Companhia em função da necessidade de aumento, em relação ao disposto no Edital do Leilão 005/07-ANEEL, da extensão da linha de transmissão que estabelece conexão da UHE Santo Antônio à SE Coletora. O compromisso previu a correção monetária do saldo por IGP-M. A arbitragem instaurada pela Companhia para recebimento de seu crédito em face da ESBR foi julgada em favor da SAE, dessa forma em 28 de novembro de 2017 a ESBR efetuou o pagamento de R$ 48.286, referente ao valor devido corrigido monetariamente, mediante a assinatura de ambas as partes do Termo de Quitação e Outras Avenças. (ii) Conforme o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 1 de dezembro de 2008, que estabeleceu a primeira antecipação da entrada em operação comercial da Usina e de acordo com o Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio celebrado entre a Companhia e o Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), a Santo Antônio Energia S.A. deve repassar ao CCSA o custo pela compra de volume de energia, ao preço da tarifa de energia resultante do leilão da UHE Santo Antônio (R$ 78,87/MWh), tendo em vista o não cumprimento do cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras previsto no cronograma do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O saldo é atualizado monetariamente pelo IGP-M. (iii) Em novembro de 2010, durante a fase de construção da Usina, o Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA") apresentou para a Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia" ou "SAE") novo cronograma de entrada em operação comercial, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação comercial das unidades geradoras da UHE Santo Antônio, de 1 de maio de 2012 para 15 de dezembro de 2011, estabelecendo "bônus" pelo resultado líquido que seria auferido em razão da antecipação, no valor máximo de R$ 122,00 por MWh, conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. No entanto, o cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras não foi plenamente cumprido, gerando para a Companhia custos de recomposição de lastro referente à energia não gerada em razão do descumprimento da antecipação contratada. Tais custos suscitaram o direito de ressarcimento da Companhia junto ao CCSA cujo valor, referido a 31 de dezembro de 2017, atualizado monetariamente pelo IGP-M, monta a R$ 1.505.527 mil. Durante o exercício de 2014, o CCSA requereu que, no cálculo dos custos de recomposição de lastro da energia não gerada em razão do descumprimento da antecipação, fosse utilizado o limitador de R$ 122,00 por MWh, referido à data-base do contrato assinado entre as partes. A Administração da Companhia efetuou análises do pleito, incluindo aspectos legais, e alterou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sobre o valor total do dispêndio reembolsável que naquela data era de R$ 1.383.211 mil, registrou um *impairment* no valor de R$ 678.551 mil, resultando num valor esperado de recebimento de R$ 704.660 mil em 31 de dezembro de 2014. A SAAG Investimentos S.A. e a CEMIG Geração e Transmissão S.A., acionistas da Controladora da Companhia, requereram, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), instauração de procedimento arbitral em face da Madeira Energia S.A. - MESA - CAM 63/15, em razão da constituição do *impairment*, o qual foi julgado em 7 de junho de 2017, deferindo os pedidos dos requerentes e determinando a reversão do *impairment* citado acima. A sentença arbitral foi tempestivamente cumprida pela MESA e sua subsidiária integral, com a respectiva reversão do *impairment* no balancete contábil encerrado em julho de 2017, período abrangido pelas informações anuais de 31 de dezembro de 2017. Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a Companhia requereu, perante a *International Chamber of Comerce* ("ICC"), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC. Neste contexto e tendo presente o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros, nas informações anuais encerradas em 31 de dezembro de 2017, está registrada Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), no valor de R$ 678.551 mil.

9. Despesas pagas antecipadamente:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Seguros	15.042	37.526
Repactuação GSF	28.283	28.283
	43.325	65.809
Não circulante		
Seguros	7.841	2.182
Repactuação GSF	179.127	207.411
	186.968	209.593
	230.293	275.402

Conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para reduzir a exposição ao risco do GSF (*Generation Scaling Factor*), a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na forma da lei nº 13.203/2015, na classe de produto SP93, com prêmio de risco associado de R$3,25 por MWh. Parte do GSF repactuado recuperado no exercício de 2015 foi reconhecido, após seu pagamento, como prêmio de seguro no Ativo e estão sendo amortizados pelo período de 10 anos e 4 meses, com início a partir de janeiro de 2015 e encerramento em abril de 2025.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos: a) Composição: O Imposto de Renda e a Contribuição Social registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos na demonstração do resultado. O cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos é feito utilizando-se, respectivamente, as alíquotas de 25% e de 9%. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos principalmente sobre: a) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; e b) provisão do FID - Fator de Disponibilidade (Nota 20), que corresponde a uma diferença temporária entre o resultado fiscal e o resultado contábil pela qual ele foi registrado em 31 de dezembro de 2017. Esta diferença afetará o imposto em períodos futuros, quando a provisão for finalizada. O valor total de imposto diferido ativo reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Consolidado 31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Saldo no início do exercício	588.161	620.581
Movimentação		
Diferenças Temporárias - Provisão FID	117.403	(92.635)
Diferenças Temporárias - Provisão PCLD	678.551	
Diferenças Temporárias Reversão de Provisão-*Impairment*	(678.551)	
Custos de transação de empréstimos e financiamentos	(1.330)	(1.272)
Amortização - Custos de transação de emissão de debêntures	2.614	2.614
Amortização - Custos de transação de empréstimos e financiamentos	1.558	1.520
Amortização do Uso do bem público	(1.499)	(1.499)
Amortização de Terrenos	(74)	(74)
Amortização de Servidões	(2)	(2)
Amortização de Despesas Pré-Operacionais- Efetuada de acordo com a entrada em operação das turbinas, sendo amortizado 1/44 avos por mês/turbina	(3.905)	(4.001)
	114.765	(95.349)
IRPJ - 25%	28.691	(23.838)
CSLL - 9%	10.329	(8.582)
Encargo fiscal	39.020	(32.420)
Saldo no final do exercício	627.181	588.161

Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **b) Realização do IRPJ e CSLL:** O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios que anualmente é enviado para aprovação do Conselho de Administração da Controladora. Esse plano é elaborado pela Diretoria, que utiliza como principais variáveis, os contratos de venda de energia firmados com seus clientes, custos e despesas operacionais pautados em critérios definidos pelos órgãos reguladores, atualização das dívidas com base em índices preestabelecidos (destacando-se a TJLP e o IPCA). Essas variáveis são obtidas de consultores externos especializados, do desempenho histórico da Companhia e sua capacidade de criar lucro tributável.

Ativo	Saldo Em 31 de dezembro de 2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL) (i)	264.705				7.640	257.065
Provisões Temporárias - FID (ii)	129.452			129.452		
Provisões Temporárias PCLD (iii)	230.707			230.707		
Amortização de Despesas pré-operacionais (iv)	2.028	1.007	558	378	85	
Amortização de Terrenos e Servidões (iv)	678	26	26	26	26	574
Direito de outorga - UBP (iv)	13.253	510	510	510	510	11.213
	640.823	1.543	1.094	361.073	8.261	268.852
Passivo						
Custos de transação - emissão de debêntures (v)	5.145	889	889	889	889	1.589
Custos de transação - empréstimos e financiamentos (v)	8.497	527	527	527	527	6.389
	13.642	1.416	1.416	1.416	1.416	7.978
Líquido	627.181	127	(321)	359.657	6.845	260.874

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos sobre: (i) Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social - a Companhia reconheceu, em 2015, crédito tributário de R$ 264.705, decorrente de IRPJ e da CSLL, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 31 de dezembro de 2014; (ii) FID - A diferença temporária está relacionada à Provisão do FID - Fator de Disponibilidade (Nota 20), que corresponde a uma diferença entre a base fiscal e a base contábil, pela qual esse evento foi registrado como despesa não dedutível na apuração do lucro real em 31 de dezembro de 2017, que poderá resultar numa quantia dedutível em períodos futuros, quando a ação for julgada e se confirmar a expectativa de reversão do passivo; (iii) PCLD - A diferença temporária está relacionada à Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 08), que corresponde a uma diferença entre a base fiscal e a base contábil pelo qual esse evento foi registrado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, que poderá resultar numa quantia dedutível em períodos futuros, caso a quantia contabilizada, a título de provisão, seja liquidada; (iv) Despesas contábeis temporariamente não tributáveis; (v) Despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. Desconsiderando-se as limitações no uso do prejuízo fiscal e os impactos conhecidos sobre a posição de tributos diferidos, a Companhia estima que será necessário gerar um lucro tributável de cerca de R$ 778.545 nos exercícios seguintes para realizar seus ativos fiscais diferidos constituídos sobre os prejuízos fiscais, apresentados em 31 de dezembro de 2017. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis utilizando como base o seu plano de negócios. Se essa projeção indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, será feita baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada.

11. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento da obra da UHE, líquidos das receitas financeiras auferidas com esses recursos. A apropriação mensal desses encargos foi realizada de maneira proporcional à quantidade de unidades geradoras durante a fase de construção, que se encerrou em 31 de dezembro de 2016. Inclui também: (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) gastos realizados em benefício da obra como um todo. A Companhia adota como depreciação o método linear e seu cálculo se inicia quando a unidade geradora entra em operação comercial. A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos imobilizados do setor elétrico brasileiro, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela agência são utilizadas nos processos de cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Adicionalmente, a depreciação dos itens que fazem parte do projeto original da UHE Santo Antônio está limitada ao período concessivo, pois não há previsão de indenização do valor residual desses itens ao término da concessão. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período, uma vez que a Companhia entende que as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL representam as vidas úteis econômicas dos ativos para fins contábeis. A UHE Santo Antônio irá operar em suas capacidades ótimas dentro do período projetado, sendo, portanto, os ativos recuperáveis em sua integralidade.

	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico (31 de dezembro de 2017)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido (31 de Dezembro de 2016)
Imobilizado em serviço					
Terrenos	3,47%	67.171	(7.954)	59.218	61.382
Reservatórios, barragens e adutoras	3,50%	8.542.663	(924.588)	7.618.075	6.970.014
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55%	4.582.138	(482.556)	4.099.582	3.463.628
Máquinas e equipamentos	3,66%	9.731.806	(1.078.051)	8.653.755	7.203.469
Móveis e utensílios	16,67%	160	(31)	129	54
Veículos	6,25%	5.252	(2.501)	2.751	1.365
Total do imobilizado em serviço		22.929.191	(2.495.681)	20.433.510	17.699.912
Imobilizado em curso					
Terrenos		144.034		144.034	105
Reservatórios, barragens e adutoras		9.176		9.176	390.004
Edificações, obras civis e benfeitorias		552		552	409.777
Máquinas e equipamentos		52.450		52.450	848.367
Veículos		703		703	3.854
Móveis e utensílios		8.843		8.843	7.709
A ratear					1.871.766
Material em depósito		24.993		24.993	35.391
Adiantamento a fornecedores					197.119
Outros		17.248		17.248	16.740
Total do imobilizado em curso		257.999		257.999	3.780.832
Total do imobilizado		23.187.190	(2.495.681)	20.691.509	21.480.744

As movimentações do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro foram as seguintes:

2017	31 de dezembro de 2016 Valor líquido	Adições	Transferência/ Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	31 de dezembro de 2017 líquido
Imobilizado em serviço							
Terrenos	61.382					(2.164)	59.218
Reservatórios, barragens e adutoras	6.970.014			936.733		(288.672)	7.618.075
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.463.628		6.904	787.060		(158.010)	4.099.582
Máquinas e equipamentos	7.203.468		(17)	1.813.353	(19.438)	(343.611)	8.653.755
Móveis e utensílios	55		(805)	902		(23)	129
Veículos	1.365		821	2.116		(1.551)	2.751
Total do imobilizado em serviço	17.699.912		6.903	3.540.164	(19.438)	(794.031)	20.433.510
Imobilizado em curso							
Terrenos	105		143.929				144.034
Reservatórios, barragens e adutoras	390.004	6.230	15.549	(402.583)	(24)		9.176
Edificações, obras civis e benfeitorias	409.777	1.833	2.028	(413.065)	(21)		552
Máquinas e equipamentos	848.367	7.968	16.043	(819.869)	(59)		52.450
Veículos	3.854	1.274	(571)	(3.854)			703
Móveis e utensílios	7.709	501	824	(83)	(108)		8.843
A ratear	1.871.766		(1.871.766)				
Material em depósito	35.391	14.530	(22.122)		(2.806)		24.993
Adiantamento a fornecedores	197.119		(32.433)	(164.633)	(53)		
Outros	16.740	13.216	1.728.074	(1.736.077)	(4.705)		17.248
Total do imobilizado em curso	3.780.832	45.552	(20.445)	(3.540.164)	(7.776)		257.999
Total do imobilizado	21.480.744	45.552	(13.542)		(27.214)	(794.031)	20.691.509

12. Intangível:

	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido (31 de dezembro de 2017)	Valor líquido (31 de dezembro de 2016)
Intangível em Serviço					
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP (Nota 17)	3,20%	199.339	(36.678)	162.661	169.039
Servidão permanente	3,79%	10.226	(499)	9.727	625
Software	19,60%	26.712	(16.692)	10.020	6.929
Total do intangível em serviço		236.277	(53.869)	182.408	176.593
Intangível em Curso					
Servidão permanente					5.100
Software		3.334		3.334	16.087
Total do intangível em curso		3.334		3.334	21.187
Total do intangível		239.611	(53.869)	185.742	197.780

As movimentações do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2016 Valor líquido	Adições	Transferência/ Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Amortização	31 de dezembro de 2017 líquido
Intangível em Serviço							
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP (Nota 17)	169.039					(6.378)	162.661
Servidão permanente	625			9.489		(387)	9.727
Software	6.929		(556)	12.511	(12)	(8.852)	10.020
Total do intangível em serviço	176.593		(556)	22.000	(12)	(15.617)	182.408
Intangível em Curso							
Servidão permanente	5.100		4.389	(9.489)			
Software	16.087	688	(930)	(12.511)			3.334
Total do intangível em curso	21.187	688	3.459	(22.000)			3.334
Total do intangível	197.780	688	2.903		(12)	(15.617)	185.742

13. Fornecedores:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	24.005	12.802
CCEE (compra de energia de curto prazo) (i)	61.110	166.827
Encargos de uso da rede elétrica (ii)	97.229	121.983
Materiais e serviços	20.156	64.583
	202.500	366.195

(i) O saldo da rubrica CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - representa uma posição devedora da SAE em operações de compra e venda de energia realizada no âmbito dessa câmara. Além do balanço de energia, a CCEE é responsável por efetuar cobranças de encargos como FID - Fator de disponibilidade e *GSF - Generation Scaling Factor.* (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o ONS - Operador Nacional do Sistema e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Instrumentos financeiros que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os encargos financeiros que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança (Nota 11). Demais encargos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

14.1 Empréstimos e financiamentos:

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
BNDES - Indireto	R$	TJLP + 3,3%	338.817	276.025
BNDES - Direto	R$	TJLP + 2,4%	322.912	262.281
Custos de transação a amortizar - BNDES	R$		(1.558)	(1.558)
Banco da Amazônia S.A. - FNO	R$	JUROS de 10,0% a.a.	29.415	23.999
Passivo circulante			689.586	560.747

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
BNDES - Indireto (a)	R$	TJLP + 3,3%	4.825.743	5.016.514
BNDES - Direto (a)	R$	TJLP + 2,4%	4.679.760	4.864.892
Custos de transação a amortizar - BNDES	R$		(23.432)	(24.990)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R$	JUROS de 10,0% a.a.	559.294	589.223
Passivo não circulante			10.041.365	10.445.639
			10.730.951	11.006.386

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: As principais condições dos financiamentos são: **(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos):**

Não circulante	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Principal e Encargos	632.939	632.939	632.939	632.939	632.939	6.340.809	9.505.503
	632.939	632.939	632.939	632.939	632.939	6.340.809	9.505.503

(ii) Garantias: (a) Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA, acionista e Controladora integral da Companhia, dando as mesmas para o BNDES através da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças; (b) Cessão fiduciária entre a Companhia e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da mesma, em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio; (c) Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento; (d) Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vier a ocorrer na execução do projeto, além de frustações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto; (e) Fiança Eletrobrás e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustações das fontes de recursos previstas para o projeto; (f) Suporte de acionistas suplementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento suplementar. **(iii) Cláusulas restritivas:** O financiamento contratado pela Companhia junto ao BNDES, mencionado anteriormente, possui cláusulas restritivas (*covenants*), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do Índice de Capitalização - relação entre ativo total e patrimônio líquido de no mínimo 0,25 e ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo de 1,2, apurados no período de janeiro a dezembro de 2017, para os quais já foram obtidos *waivers* dos credores em 31 de dezembro de 2017 razão pela qual tais dívidas continuaram a ser apresentados de acordo com o seu prazo de vencimento. **(b) Banco da Amazônia S.A.:** As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento, firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Companhia e de seus acionistas, no valor total de R$ 503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (Nota 1). As principais condições do financiamento são: **(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos):**

Não circulante	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Principal e Encargos	28.812	31.581	34.938	38.257	42.515	383.191	559.294
	28.812	31.581	34.938	38.257	42.515	383.191	559.294

(ii) Garantias e cláusulas restritivas: O Banco da Amazônia compartilha das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 14.1 (a) (ii) e (iii).

(c) Movimentação de empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	560.747	10.445.639
Encargos financeiros provisionados	765.174	293.536
Encargos financeiros pagos	(797.093)	
Amortização de principal	(538.610)	
Transferências	699.368	(699.368)
Custos de transação	1.558	
Transferências de custo de transação	(1.558)	1.558
Saldo em 31 de dezembro de 2017	689.586	10.041.365

14.2 Debêntures:

	Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração	Principal	Encargos	Custos de transação	Total (31 de dezembro de 2017)	Total (31 de dezembro de 2016)
1ª emsião (a)	1ª e 2ª					(50)	(50)	(50)
2ª emsião (b)	Única	R$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.		389	(560)	(171)	30.764
3ª emissão (c)	1ª	R$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.		3.562	(977)	2.585	2.546
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.		9.445	(1.027)	8.418	8.352
Passivo circulante					13.396	(2.614)	10.782	41.612
1ª emissão (a)	1ª	R$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	1.069.108	410.747	(482)	1.479.373	1.352.146
	2ª			1.069.109	350.260	(482)	1.418.887	1.296.857
2ª emissão (b)	Única	R$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	543.750		(2.287)	541.463	526.170
3ª emissão (c)	1ª	R$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.	251.469		(2.648)	248.821	241.076
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.	628.674		(6.619)	622.055	604.067
Passivo não circulante				3.562.110	761.007	(12.518)	4.310.599	4.020.316
				3.562.110	774.403	(15.132)	4.321.381	4.061.928

(a) 1ª Emissão: Em setembro de 2012, a Companhia celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R$ 760.060 (R$ 770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R$ 760.060 (R$ 809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante do debenturista e a Controladora como interveniente anuente. O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (Nota 1). O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias apresentadas na Nota 14.1 (a) (ii). As cláusulas restritivas deste contrato vêm sendo cumpridas adequadamente pela Companhia. A 1ª série desta emissão vence em 15 parcelas anuais a partir de 2023 e a 2ª, em 15 parcelas anuais a partir de 2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures. **(b) 2ª Emissão:** Em dezembro de 2012, a Companhia emitiu 4.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, recebida em 24 de janeiro de 2013, no valor atualizado de R$ 424.924. O valor nominal unitário das debêntures é R$ 100, totalizando R$ 420.000, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas e a Controladora, como interveniente anuente. O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (Nota 1). Os debenturistas compartilham das mesmas garantias apresentadas na Nota 14.1 (a) (ii). As cláusulas restritivas deste contrato vêm sendo cumpridas adequadamente pela Companhia. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, enquanto que o saldo principal tem como vencimento 5,5% em 27/12/2017 - 17,5% em 27/12/2019 - 25,0% em 27/12/2020 - 24,0% em 27/12/2021 - e saldo em 27/12/2022. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures. **(c) 3ª Emissão:** Em 15 de abril de 2014, a Companhia emitiu 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, divididas em duas séries, totalizando o montante de R$ 700.000, para distribuição pública, nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas e a Controladora como interveniente anuente. As duas séries foram recebidas entre os dias 2 e 5 de maio de 2014, sendo a 1ª série de R$ 200.000 (R$ 201.000, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série no valor de R$ 500.000 (R$ 504.000, atualizados até a data de recebimento). O objetivo desta emissão foi de captar recursos para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antônio. Os debenturistas dessa 3ª emissão compartilham das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 14.1 (a) (ii) e (iii). Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, enquanto que o saldo principal tem como vencimento: 1ª série - 16,4% em 15/04/2020 - 49,3% em 15/04/2021 e saldo em 15/04/2022; 2ª série - 25,1% em 15/04/2022 - 55,6% em 15/04/2023 e saldo em 15/04/2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures. **(d) Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos):**

Não circulante	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Principal e Encargos	95.156	177.178	254.474	426.207	401.314	2.968.790	4.323.117
	95.156	177.178	254.474	426.207	401.314	2.968.790	4.323.117

(e) Movimentação de debêntures:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	41.612	4.020.316
Encargos financeiros provisionados	60.196	325.347
Encargos financeiros pagos	(8.536)	
Juros pagos	(97.068)	
Amortização principal	(23.100)	
Transferência	37.678	(37.678)
Amortização de custos de transação	2.614	
Transferências de custo de transação	(2.614)	2.614
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.782	4.310.599

15. Impostos e contribuições:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
ICMS	20.255	18.739
ICMS diferencial de alíquotas (i)	19.738	18.965
COFINS	64.267	9.785
PIS	13.879	2.106
INSS	831	1.149
ISS	633	776
Outros	1.540	1.991
	121.143	53.511
Não circulante		
ICMS diferencial de alíquotas (i)	9.115	26.737
	130.258	80.248

(i) A Companhia aderiu ao benefício fiscal previsto no Decreto Estadual/RO nº 18.496, de 08 de janeiro de 2014, o qual reduziu para 2% a alíquota do ICMS DA (Diferencial de Alíquota), decorrentes das operações de entrada de mercadorias ou bens destinados às obras de instalação, construção, operação e manutenção da usina em transações interestaduais. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do imposto a pagar de R$ 28.742, registrados no passivo circulante e não circulante, corresponde às entradas registradas nos períodos de 2009 a junho de 2014 e está sendo quitado em 60 parcelas mensais, desde julho de 2014. O saldo do parcelamento é corrigido anualmente pela UPF - Unidade de padrão fiscal do Estado de Rondônia e sobre ele incorre juros de 1% ao mês. **Previsão de parcelamento do ICMS diferencial de alíquotas no passivo não circulante**

2019	6.992
2020	2.123
	9.115

16. Adiantamentos de clientes: Em 11 de setembro de 2017, a Companhia recebeu R$ 27.339 líquidos de retenção de tributos e em 12 de setembro de 2017 a Companhia recebeu R$ 42.761, totalizando a importância de R$ 70.100 em adiantamentos de clientes de contratos de venda de energia firmados com a Cemig Geração e Transmissão S.A.. Em 11 de outubro de 2017, a Companhia recebeu R$ 56.050 líquidos de retenção de tributos em adiantamento de cliente de contrato de venda de energia firmado com Beta Comercializadora de Energia S.A.. Os valores antecipados serão amortizados mensalmente conforme o fornecimento da energia contratado e liquidados no exercício de 2018. A seguir, apresentamos a movimentação dos adiantamentos mencionados:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 01 de janeiro de 2017		
Cemig Geração e Transmissão S.A.	70.100	
Beta Comercialização de Energia S.A.	56.050	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	126.150	

17. Concessões a pagar: Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R$ 379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35° ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a.. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017 totaliza R$ 265.489 (2016 - R$ 262.088). Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (Nota 12), em contrapartida do passivo.

(a) Movimentação

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	20.649	241.439
Atualização - IPCA		14.931
Ajuste a valor presente		9.753
Pagamentos	(21.283)	
Transferências	21.863	(21.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.229	244.260

(b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

2019	22.770
2020	23.664
2021	24.618
2022	25.611
2023	26.644
2024	27.719
2025 a 2043	93.234
	244.260

18. Provisões socioambientais: O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - concedeu licenças ambientais para a Companhia, as quais impuseram condicionantes para a construção do empreendimento. Essas obrigações, que estão relacionadas com ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação e compensação dos impactos socioambientais, foram estimadas e são monitoradas pela Administração da Companhia. Esses gastos, relacionados à construção, foram estimados e registrados como custo do ativo imobilizado, em Reservatório, barragens e adutoras. Tal estimativa foi realizada pela área de sustentabilidade e meio ambiente da Companhia e submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, quando da aprovação do Plano de negócios da empresa.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Programas básicos ambientais (i)	50.018	116.454
	50.018	116.454
Não circulante		
Programas básicos ambientais (i)	244.982	170.608
Compensação ambiental (ii)	102.009	92.874
	346.991	263.482
	397.009	379.936

(i) Nas rubricas "Programas básicos ambientais" estão registradas as estimativas da Administração da Companhia com relação aos gastos socioambientais que a SAE incorrerá a fim de mitigar o impacto causado pela construção da UHE Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos nas Licenças de Instalação nº 540/2008 e de Operação nº 1.044/2011 expedidas pelo IBAMA. Essas licenças estabelecem que sejam executados os seguintes Programas Básicos Ambientais (PBA), entre outros: • Programa de Monitoramento do Lençol Freático; • Programa de Monitoramento Sismológico; • Programa de Monitoramento Climatológico; • Programa de Conservação da Flora; • Programa de Conservação da Fauna; • Programa de Conservação da Ictiofauna; • Programa de Saúde Pública; • Programa de Remanejamento da População Atingida. **(a) Movimentação das provisões ambientais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:**

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	116.454	170.608
Atualização monetária - IPCA		8.028
Realizações	(61.057)	
Adições	42.065	18.902
Transferências	(47.444)	47.444
Saldo em 31 de dezembro de 2017	50.018	244.982

Conforme Manual Contábil do Setor Elétrico (MCSE), considerando a renovação da Licença de Operação 1041/11 pelo período de 10 anos, foi realizada adição dos custos decorrentes da extensão dos Programas Básicos Ambientais (PBA), citados no item (i), à provisão socioambiental. (ii) O saldo registrado em "Compensação ambiental", calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, corresponde a 0,5% (R$ 56.159) do valor de referência do empreendimento, conforme definido na Licença de Operação nº 1.044/11, expedida pelo IBAMA. Esses recursos, destinados a compensar os impactos ambientais causados pela obra, e que em 31 de dezembro de 2017 equivalem a R$ 102.009 no passivo não circulante (2016 - R$ 92.874), estão sendo atualizados pela SELIC, conforme instruções normativas do IBAMA que substituíram o índice de atualização de IPCA-e para Selic.

19. Cauções em garantia: Referem-se, principalmente, à retenção de 5% do valor adiantado aos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos da UHE Santo Antônio para a construção, transporte e montagem das 50 turbinas de geração de energia e dos painéis de controle. O montante retido é a garantia do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em contratos com fornecedores elegíveis. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de cauções em garantia totaliza R$ 358.320 (2016 - R$ 350.157).

20. Provisão para contingências: Os passivos contingentes e as provisões existentes estão ligados, principalmente, as discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, cíveis e tributários. A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: **a) Perda provável -** são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. **b) Perda possível -** são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa. **(a) Risco provável**

	31 de dezembro de 2017	Movimentações	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2016	Movimentações	31 de dezembro de 2015
Circulante						
Regulatória (i)		(552.478)	552.478	552.478	196.505	355.973
Não circulante						
Regulatória (i)	669.881	669.881				
Ambiental (ii)	13.714	1.230	12.484	12.484	1.564	10.920
Cível (iii)	26.491	12.782	13.709	13.709	13.646	63
Trabalhista	1.106	(569)	1.675	1.675	1.675	
	711.192	13.443	27.868	27.868	16.885	10.983
Total	711.192	130.846	580.346	580.346	213.390	366.956

(i) Regulatória: FID (Fator de Disponibilidade): Em 31 de julho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da Controlada de antecipação da tutela recursal para suspender a exigência da aplicação do Fator de Disponibilidade (FID) em relação às unidades geradoras da UHE Santo Antônio não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Referida decisão determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica - CCEE que adotem os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida Câmara. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R$ 669.881 representa o efeito da limitação da aplicação do FID sobre a UHE Santo Antônio, tratando-se de uma obrigação/passivo possível e cujo pagamento está suspenso por decisão liminar, a ser confirmada no mérito (possível). O julgamento definitivo da ação (trânsito em julgado), com base na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, possivelmente se dará apenas em 2020. A Companhia espera e envidará os melhores esforços para manter a decisão liminar vigente até o julgamento do mérito.

(ii) Administrativo Ambiental: Refere-se ao auto de infração lavrado em 23 de dezembro de 2008, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no valor de R$ 7.700. O objeto do referido auto é a imposição de multa à Companhia por suposta conduta lesiva ao meio ambiente, caracterizada pela alegada mortandade de 11.000 kg de peixes de várias espécies em decorrência de eventual poluição nas ensecadeiras da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, município de Porto Velho - RO. Em 25 de novembro de 2014, foi recebida pela Companhia decisão de indeferimento da defesa administrativa apresentada em 13 de janeiro de 2009. A Companhia apresentou, em 15 de dezembro de 2014, recurso administrativo contra referida decisão de indeferimento, o qual aguarda julgamento. Consoante o entendimento dos seus advogados, a expectativa é de perda provável no montante de R$ 13.714 em relação ao mérito da autuação e de perda possível em relação às agravantes de penalidade citadas no referido auto. **(iii) Cível:** Referem-se em sua maioria as ações de execução para entrega de reserva legal de lotes de reassentamentos. A Companhia foi executada para entregar os respectivos lotes da reserva legal devidamente regularizados ou indenizar os reassentados em montante equivalente. **(b) Risco possível:** Em 31 de dezembro de 2017, existem processos no montante de R$ 3.324.686, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

	31 de dezembro de 2017
Trabalhista	3.796
Cível	2.736.399
Administrativo ambiental	53.062
Administrativo tributário	531.429
	3.324.686

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes: **(i) Trabalhistas:** Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade. **(ii) Cível:** As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas. **(iii) Administrativo ambiental:** Diversos autos de infração referentes às questões ambientais como mortandade de peixes e ocorrência de queimadas em áreas da Companhia. **(iv) Administrativo tributário:** Processos administrativos para discussão de não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal, bem como discussão de compensação de IRRF e notificações da Secretaria Municipal da Fazenda do município de Porto Velho e da Secretaria de Estado de Finanças do Governo do Estado de Rondônia.

21. Outras provisões:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	224.238	225.412
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	293.987	295.528
	518.225	520.940

(i) Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R$ 224.238 (2016 - R$ 225.412) refere-se ao ressarcimento ao CCSA pela Companhia de custos relacionados à extensão de prazo no cronograma contratual de entrada em operação comercial, oriundo dos efeitos das paralisações causadas pelas greves durante os anos de 2009 a 2013 (eventos de caso fortuito - força maior) no canteiro de obras da UHE Santo Antônio. (ii) Na rubrica "Consórcio Construtor Santo Antônio" estão registrados gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram na elevação dos custos do Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do consórcio.

22. Patrimônio líquido: (i) Capital subscrito e integralizado: Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 7 de março de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 573.529.412 de novas ações ordinárias, nominativa e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R$ 0,68 (sessenta e oito centavos) cada, totalizando R$ 390.000. As ações ora emitidas foram totalmente integralizadas em 8 de março de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 9.348.150 (2016 - R$ 9.348.150) dividido em 9.536.679.868 (2016 - 9.536.679.868) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade integral da Madeira Energia S.A.. **(ii) Capital social a integralizar:** Em 21 de outubro de 2014, em Ata de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado o aumento de capital na Companhia em R$ 1.590.000, pela Controladora, mediante a emissão de 1.590.000.000 ações ordinárias nominativas, pelo preço de R$ 1,00 (um real) cada. Na ocasião foram subscritas na Companhia, pela Controladora, 1.590.000.000 ações ordinárias nominativas e integralizadas R$ 1.415.280, dessa forma a Controladora tem um saldo a integralizar de R$ 174.720.

23. Resultado por ação: A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(1.075.238)	(483.944)
Média ponderada do número de ações ordinárias	9.536.679.868	9.371.587.035
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em R$)	(112,75)	(51,64)

24. Receita operacional líquida: (a) Receita líquida de venda de energia elétrica: A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza de sua realização.

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Fornecimento de energia à indústria	772.143	661.285
Suprimento de energia elétrica	2.664.335	2.532.613
Energia de curto prazo		28.809
	3.436.478	3.222.707
(–) Deduções da receita		
P&D	(29.710)	(28.026)
ICMS	(129.890)	(103.611)
PIS e COFINS	(305.859)	(288.516)
	(465.459)	(420.153)
Receita operacional líquida	2.971.019	2.802.554

As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas de venda de energia a consumidores, enquanto que, suprimento de energia elétrica representam as vendas destinadas aos revendedores de energia. Em 31 de dezembro de 2017, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.328,10 MW médios de garantia física (Nota 1(a)).

25. Gastos operacionais: (a) Custos do serviço de energia elétrica:

Exercícios findos em 31 de dezembro	2017 Custos dos serviços Com energia elétrica	2017 De operação	2017 Total	2016 Custos dos serviços Com energia elétrica	2016 De operação	2016 Total
Energia de curto prazo - CCEE	(214.769)		(214.769)	(53.803)		(53.803)
Energia comprada para revenda	(360.928)		(360.928)	(206.944)		(206.944)
Encargos de uso e conexão (i)	(966.268)		(966.268)	(808.084)		(808.084)
Créditos de PIS e COFINS	131.772		131.772	107.461		107.461
Compartilhamento de custos relacionados ao cronograma de antecipação (Reversão *Impairment*)	678.551		678.551			
Pessoal		(61.316)	(61.316)		(55.555)	(55.555)
Material		(17.748)	(17.748)		(13.378)	(13.378)
Serviços de terceiros		(94.503)	(94.503)		(48.260)	(48.260)
Depreciação e amortização (ii)		(803.030)	(803.030)		(647.173)	(647.173)
Outras		(121.090)	(121.090)		(93.118)	(93.118)
	(731.642)	(1.097.687)	(1.829.329)	(961.370)	(857.484)	(1.818.854)

(i) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente do contrato firmado com a ONS - Operador Nacional do Sistema e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante do uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio Energia. O aumento do valor do encargo se deu pela completa motorização das 50 unidades geradoras. (ii) Incremento na depreciação decorrente de um maior número de turbinas em operação comercial, 50 unidades geradoras em 31 de dezembro de 2017 em face de 44 em 31 de dezembro de 2016 (Nota 1(a)).

(b) Despesas gerais e administrativas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Pessoal	(36.869)	(34.046)
Material	(993)	(2.061)
Serviços de terceiros	(52.727)	(65.769)
Amortização	(7.382)	(1.759)
Aluguéis e arrendamentos	(2.649)	(5.559)
Seguros	(14.165)	(28.999)
Tributos	(1.724)	(1.865)
Outras	(21.157)	(5.559)
	(137.666)	(145.617)

26. Resultado financeiro:

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	41.566	81.798
Ajuste a valor presente	1.259	5.466
Outras receitas financeiras	3.369	3.107
Variações monetárias moeda nacional	46.982	62.823
(–) Tributos sobre receitas financeiras	(2.793)	(7.091)
	90.383	146.103
Despesas financeiras		
Juros de dívidas	(1.314.078)	(954.632)
Variações monetárias de dívidas	(120.715)	(286.183)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(16.190)	(41.425)
Variações monetárias moeda nacional	(56.063)	(95.315)
Outras despesas financeiras	(23.330)	(58.840)
	(1.530.376)	(1.436.395)
	(1.439.993)	(1.290.292)

27. Partes relacionadas:

	Relação com a Companhia	Ativo 31 de dezembro de 2017	Ativo 31 de dezembro de 2016	Passivo 31 de dezembro de 2017	Passivo 31 de dezembro de 2016	Imobilizado 2017	Imobilizado 2016	Receita 2017	Receita 2016	Despesa 2017	Despesa 2016
Circulante											
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	Acionista da Controladora	40.162	33.115	72.962	1.566			491.764	426.372	28.427	18.436
CEMIG Distribuição S.A.	Acionista comum	15.846	17.636					160.564	152.783		
Construtora Norberto Odebrecht	Acionista comum			25.627	29.311	205	82.187				
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Acionista comum			20.931	21.925	5	4.242				
Odebrecht Serviços e Participações	Acionista comum			20.931	21.925	5	4.243				
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Acionista da Controladora			490	442					48	44
Eletrobras Furnas	Acionista da Controladora			18.789	12.352		3.017			192.475	138.226
Não Circulante											
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Acionista comum		12.287								
Construtora Norberto Odebrecht	Acionista comum	14.982	14.272	20.911	22.459						
Odebrecht Comercializadora de Energia. S.A.	Acionista comum										4.050
Odebrecht Serviços e Participações	Acionista comum	17.441	17.486	48	48						
Eletrobras Furnas	Acionista da Controladora										5.522
		88.431	94.796	180.689	110.028	215	93.689	652.328	579.155	220.950	166.278

CEMIG Geração e Transmissão S.A. - O saldo ativo registrado refere-se aos dois contratos de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, em que a Companhia atua como vendedora de energia para a CEMIG, sendo um contrato de 250,4 megawatts médios, celebrado em 19 de março de 2009, com prazo de vigência compreendido entre 1 de maio de 2012 e 31 de dezembro de 2027 e outro contrato de 35 megawatts médios, celebrado em 21 de setembro de 2016, com prazo de vigência compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2029. A despesa em 2016 refere-se a atualização monetária por IPCA do contrato de venda de energia firmado em 5 de fevereiro de 2015 com CEMIG Geração e Transmissão S.A., que foi liquidado em 8 de março de 2016. O saldo passivo refere-se a encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia (Nota 13) e a saldo de antecipação de volume de energia ocorrida em setembro de 2017, quando a Companhia recebeu da Cemig Geração e transmissão S.A. R$ 70.100. Esse adiantamento será liquidado em 2018 (Nota 16). **CEMIG Distribuição S.A. -** O saldo ativo refere-se ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, relativo à participação da CEMIG Distribuição S.A. no Leilão nº 05/2007 - ANEEL, no qual foram comercializados 70% da energia assegurada da UHE Santo Antônio (Nota 1). A Cemig Distribuição comprou da Companhia 117,8 megawatts médios com prazo de suprimento compreendido entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2041 e 15,67 megawatts médios com prazo de vigência entre 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2046. **Andrade Gutierrez Engenharia S.A. -** A Companhia possui contrato para implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Andrade Gutierrez Engenharia S.A. participa sendo responsável pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil). **Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Odebrecht Serviços e Participações S.A. -** A Companhia possui contrato para implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO) e a Odebrecht Serviços e Participações S.A. participam sendo responsáveis pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil) e, adicionalmente, a CNO, pelo gerenciamento e execução dos serviços de montagem eletromecânica. **Eletrobras Furnas -** A Companhia possui contrato de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, em que a Companhia atua como compradora de energia de Furnas Centrais Elétricas S.A. de 47,318 megawatts médios, com prazo de suprimento compreendido entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2027. Adicionalmente, a Companhia mantém com Eletrobrás Furnas transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia (Nota 13). A despesa em 2016 refere-se à atualização monetária por IPCA do contrato de venda de energia firmado em 5 de fevereiro de 2015 com Furnas Centrais Elétricas S.A., que foi liquidado em 8 de março de 2016. **Andrade Gutierrez Participações S.A. -** O saldo registrado refere-se a custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão. O saldo é atualizado por TJLP acrescida de 3,1%. **Odebrecht Comercializadora de Energia S.A. -** A despesa em 2016 refere-se à atualização monetária por IPCA do contrato de venda de energia firmado em 5 de fevereiro de 2015 com a Odebrecht Comercializadora de Energia S.A., que foi liquidado em 8 de março de 2016.

Remuneração dos administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Remuneração	4.119	5.154
Participação em resultados	2.098	1.688
Benefícios diretos e indiretos	318	258
Total	6.535	7.100

28. Informação por segmento: A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Madeira, município de Porto Velho-RO, na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informação por segmento para suas análises.

29. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos: (a) Diligências internas conduzidas pela Administração da Companhia - Procedimentos de "Lava Jato". Em resposta às alegações de possíveis atividades ilegais divulgadas por meios de comunicação em 2015 sobre suposto envolvimento de empresas que prestavam serviços à Companhia, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas da Controladora que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), esta contratou consultoria jurídica especializada externa para realizar inspeções de documentos da Companhia (inclusive pesquisas de e-mails), reuniões com membros da administração, além de acompanhar e monitorar, de forma contínua, a extensão dos fatos e eventuais desdobramentos de tais investigações face à Companhia. Desde então, além da análise de informações e documentos públicos, obtidos a partir das delações premiadas, inquéritos e investigações oficiais, referida consultoria analisou também informações, e-mails e documentos internos da Companhia. Esses trabalhos, cujo monitoramento dos inquéritos e colaborações continua em curso, concluíram não haver evidências, fatos ou indícios de (i) pagamentos indevidos por parte da Companhia, (ii) repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas supostamente pagas por membros do CCSA e (iii) vinculação da Companhia aos atos supostamente praticados por seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas. Adicionalmente às atividades acima, no terceiro trimestre de 2017, a partir de um questionamento específico, suscitado em razão da divulgação de materiais relativos às delações premiadas de ex-representantes de Construtoras membros do CCSA, a Diretoria Executiva da Companhia nomeou uma comissão interna para realização de uma apuração no âmbito da Companhia das irregularidades narradas nesses materiais, que supostamente envolveriam os serviços de escavação das obras do empreendimento da Usina de Santo Antônio. Essa apuração contemplou o seguinte escopo de atividades: (i) análise do Contrato EPC, inclusive aditivos contratuais ou *claims* existentes nesse serviço; (ii) boletins de medição dos serviços executados, conforme contratado, e correspondentes comprovantes de pagamentos e (iii) análise de ocorrência de pagamentos às empresas citadas nas colaborações premiadas, que teriam sido utilizadas para supostos pagamentos ilícitos. No escopo que lhe foi determinado, a comissão interna multidisciplinar concluiu que o fato narrado não envolveu a Companhia ou seus integrantes, nem gerou qualquer repasse de custo à mesma. Até a data da aprovação dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia e seus administradores não foram notificados a respeito de qualquer denúncia ou evidência concreta de fatos associados à Operação "Lava Jato" que atentem contra a Companhia ou seus administradores. **(b) Procedimento investigativo independente conduzido pela Eletrobras, acionista indireta da Santo Antonio Energia S.A..** A Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., controladora de Furnas, detentora de 39% da MESA, companhia esta que é a única acionista da Santo Antônio Energia S.A., contratou, no contexto de investigações conduzidas por autoridades brasileiras sobre supostas irregularidades envolvendo obras de infraestrutura ("Lava Jato"), consultoria especializada ("Consultoria") para realizar um procedimento independente com caráter investigativo sobre o potencial envolvimento da Eletrobras e de empresas de que participe direta ou indiretamente. Em 27 de fevereiro de 2018, em reunião na sede de Furnas Centrais Elétricas S.A., e, em 28 de fevereiro de 2018, antes da instalação da reunião do Conselho Fiscal da Controladora e da Companhia, Eletrobras, Furnas e a referida Consultoria apresentaram um resumo sobre as conclusões da referida investigação. **(b.i) Resumo das conclusões do Procedimento investigativo independente conduzido pela Eletrobras:** Conforme informações prestadas pela Eletrobras e por sua Consultoria nas ocasiões acima, o procedimento investigativo conduzido pela Consultoria foi baseado na análise de fontes externas de informação pública, particularmente o conteúdo de colaborações e delações premiadas tornadas de conhecimento público em maio de 2017, sem contemplar informações internas da Companhia. No material apresentado, a Consultoria aponta dados que sugerem que determinados contratos, com determinados fornecedores, contemplariam "sobrepreço" a partir de 2008 destinados a pagamentos indevidos a agentes públicos. Não há indicação específica de contratos ou pagamentos efetuados pela SAE. Nesse sentido, constata-se que não foram demonstradas evidências quanto à existência de "sobrepreço" no ativo da Companhia para custear supostos pagamentos de vantagens indevidas, realizados por determinados fornecedores. **(c) Impactos sobre as demonstrações financeiras da**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal Empresas e Negócios Ltda.. Para verificar a assinatura clique no link: https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2F2E-95B7-C4BB-B3ED